



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**RAYANNA DE ARAÚJO COSTA**

**A PRECARIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE  
DE SOUSA/PB**

**SOUSA-PB**

**2021**

**RAYANNA DE ARAÚJO COSTA**

**A PRECARIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE DE  
SOUSA/PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande - Campus Sousa (CCJS), como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Silva Felix

**SOUSA - PB**

**2021**



C837p Costa, Rayanna de Araújo.  
A precarização da política de assistência social na cidade de Sousa/PB. /  
Rayanna de Araújo Costa. – Sousa, 2021.

52 f.

Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade  
Federal de Campina Grande; Centro de Ciências Jurídicas e Sociais,  
2021.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Silva Felix.

1. Política de assistência social. 2. Pobreza. 3. Proteção social.  
4. Centro de Referência de Assistência Social. 5. Precarização do  
trabalho do assistente social. I. Felix, Maria da Conceição Silva. II.  
Título.

CDU: 36(043.1)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Marly Felix da Silva  
Bibliotecária-Documentalista  
CRB-15/855

**RAYANNA DE ARAÚJO COSTA**

**A PRECARIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE DE  
SOUSA/PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande- Campus Sousa (CCJS), como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 26/05/2021.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof.ª Dra. Maria da Conceição Silva Felix  
Orientadora



---

Prof. Dr. Luan Gomes dos Santos de Oliveira  
Examinador



---

Prof.ª Me. Cibelly Michalane Oliveira Dos Santos Costa  
Examinadora

Dedico esse trabalho aos meus tios avós  
Ana Araújo e Raimundo Araújo (in  
memoriam), que sempre me apoiaram.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus que sempre iluminou meu caminho, me dando forças para conseguir concluir essa etapa da minha vida.

A meus pais, Leonardo da Silva e Maria Goretti que sempre me incentivou a nunca desistir dos meus sonhos, me aconselhando a ser uma pessoa melhor.

Digo também, muito obrigada a minha tia Maria do Carmo que foi fundamental nessa trajetória, sempre me apoiando com amor e carinho.

As minhas tias avós Tereza e Rosa que foram peças primordiais para a realização desse sonho, me dando muito apoio e carinho.

A minha avó Maria José que sempre contribuiu com a minha formação e sempre me deu exemplo de força, coragem e determinação.

As minhas irmãs Rayssa e Anna Karolyna que me motivaram e acompanharam a finalização desse trabalho.

A meu namorado e amigo Everton que sempre acreditou na minha capacidade.

A minha orientadora que sempre teve muita paciência comigo, Maria da Conceição Silva Felix, profissional excepcional, humana e competente que buscou compreender minhas limitações, agindo sempre de forma atenciosa e dedicada, me encorajando e me mostrando que sou capaz tudo isso foi importante para a elaboração do trabalho.

Aos amigos que conheci durante o curso e fizeram parte da minha formação.

Aos professores do Curso de Serviço Social da UFCG que sempre se empenharam nos ensinamentos com paciência e dedicação.

A todos meu muito, obrigada!

"O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários" (Marilda lamamoto).

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aborda uma análise sobre a Política de Assistência Social seus avanços e retrocessos, sendo necessário enfatizar todo o processo da pobreza no Brasil e as consequências para os indivíduos na sociedade, destacando mecanismos que possibilitem o maior enfrentamento e frisando a importância da Proteção Social como mecanismo essencial para todos que necessitam. O interesse pela temática surgiu a partir da experiência de estágio em um dos CRAS do município de Sousa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos procedimentos metodológicos neste estudo consideram, fundamentalmente, a necessidade de resgatar os elementos que, na sua inter-relação, constituem a totalidade do objeto em análise. Todo esse percurso se faz indispensável para se entender os marcos legais da Assistência Social se firmando enquanto política pública em uma sociedade capitalista, em que será acometida por diversos obstáculos dentre eles a precarização e sobretudo em uma cidade de interior como Sousa/PB em que se é mais perceptível, práticas do Serviço Social influenciado pelo clientelismo sendo presente no cotidiano profissional da/o Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no qual são acometidos por condições precárias de trabalho, acarretando práticas conservadoras e tornando a assistência social uma política fragmentada, focalizada e seletiva o que consequentemente impossibilita esses profissionais de atuar com mais criticidade e principalmente de serem reconhecidos, resultando em problemas de saúde para esses profissionais como efeito das condições aos quais são submetidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política de Assistência Social, Pobreza, Precarização, Assistência Social, CRAS.



## **ABSTRACT**

This Course Conclusion Paper (TCC) addresses an analysis of the Social Assistance Policy, its advances and setbacks, and it is necessary to emphasize the entire process of poverty in Brazil and the consequences for individuals in society, highlighting mechanisms that enable greater confrontation and stressing the importance of Social Protection as an essential mechanism for everyone in need. The interest in the theme arose from the internship experience in one of the CRAS in the municipality of Sousa. It is a qualitative research, whose methodological procedures in this study consider, fundamentally, the need to rescue the elements that, in their interrelation, constitute the totality of the object under analysis. This entire route is indispensable to understand the legal frameworks of Social Assistance, establishing itself as a public policy in a capitalist society, in which it will be affected by several obstacles, among them precariousness, and above all in an inland city such as Sousa / PB in which it is located. It is more noticeable, Social Work practices influenced by clientelism being present in the professional routine of the Social Worker at the Social Assistance Reference Center (CRAS), in which they are affected by precarious working conditions, leading to conservative practices and making social assistance a fragmented, focused and selective policy which consequently prevents these professionals from acting more critically and mainly from being recognized, resulting in health problems for these professionals as an effect of the conditions to which they are submitted.

**KEYWORDS:** Social Assistance Policy, Poverty, Precariousness, Social Assistance, CRAS

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 POBREZA E A POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>12</b>
<b>2 A POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>29</b>
<b>2.1 A Política de Assistência Social no município de Sousa- PB.....</b>	<b>34</b>
<b>2.2 A precarização do trabalho do Assistente Social: uma breve análise no CRAS de Sousa/PB.....</b>	<b>40</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>50</b>

## INTRODUÇÃO

A discussão expressa neste Trabalho de Conclusão de Curso apresenta de forma sucinta os principais elementos para se entender a Política de Assistência Social e os limites enfrentados na sociedade capitalista que tem sua gênese no processo de superexploração da classe trabalhadora, sendo o Estado a peça fundamental para que se haja tentativas de “camuflar” as situações oriundas do capital.

Deste modo, pretende-se trabalhar o principal objetivo do trabalho que é analisar a precarização da Política de Assistência Social na cidade de Sousa/PB, sendo observados as relações e os impactos nas condições de trabalho das/os assistentes sociais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) especialmente no Centro de Referência da Assistência Social — CRAS de Sousa/PB.

A Assistência Social sofreu mudanças significativas após a constituição de 1988 fazendo parte do tripé da Seguridade Social junto com a Saúde e a Previdência Social, é a partir desse momento que a Assistência Social vem se firmar como política pública não sendo necessária uma prévia contribuição para se ter acesso. O CRAS é de fundamental importância, pois, as/os profissionais obterão o contato com a Política de Assistência Social.

Neste sentido, o trabalho almeja trazer um pequeno recorte dessa política na realidade social brasileira, onde a questão social ainda é muito presente e principalmente as situações de pobreza, sendo a Assistência Social o grande divisor de águas para possibilitar acesso em programas sociais, visto isto o Estado irá buscar formas para que se haja maiores iniciativas privadas no setor público, enfraquecendo a política e principalmente implicando em condições precárias de trabalho aos profissionais.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos procedimentos metodológicos neste estudo levam em conta, fundamentalmente, a necessidade de resgatar os elementos que, na sua inter-relação, constituem a totalidade do objeto em análise, considerando as mudanças sócio-políticas e institucionais que, nesse processo, vêm alterando o seu curso e a sua natureza, no caso de

nossa pesquisa, analisar de forma resumida as principais etapas de afirmação enquanto política, as bases concretas em que essa política se origina e sua precarização no sistema vigente. E principalmente como a/o assistente social irá atuar no CRAS as condições aos quais são submetidos. Será utilizada a pesquisa bibliográfica para possibilitar um maior conhecimento da Política de Assistência Social, isto é, será com a realização de leituras em autores que possibilitaram entender mais sobre o tema a ser tratado.

O trabalho será dividido em dois capítulos no primeiro será tratado a pobreza e proteção social, buscando uma reflexão da realidade no Brasil e suas implicações para os indivíduos em sociedade, enfatizando a importância da proteção social para a atual conjuntura. No segundo capítulo será abordado a Política de Assistência Social em um contexto amplo, seus principais avanços e retrocessos na realidade brasileira, fazendo uma breve apresentação dessa política na cidade de Sousa/PB, situando essa política na realidade de uma cidade do interior e salientando os principais impactos na garantia de direitos aos usuários e suas implicações no cotidiano profissional.

## 1 A POBREZA E A POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Ao falar de pobreza no Brasil faz-se necessário estudar a relação existente entre o desenvolvimento capitalista e a desigualdade social, trazendo, no caso do Brasil, a discussão sobre Questão Social<sup>1</sup> na conjuntura de transformações do capitalismo e seus impactos no mundo do trabalho e no aumento das desigualdades sociais.

O modo de desenvolvimento do capitalismo origina mais acumulação de riquezas, na qual uma pequena parcela da população obtém acesso a esses bens, enquanto a maior parte vive em situação de miséria. De acordo com Yazbek:

(...) abordo a pobreza como uma das manifestações da questão social, e dessa forma como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual em que convivem acumulação e miséria. (YAZBEK, 2012, p. 289).

As desigualdades sociais de acordo com os estudos de Marx, são provenientes do processo de acumulação primitiva, considerado como o ponto de partida para o desenvolvimento do sistema capitalista, que retira do trabalhador o domínio dos meios de produção e os deixa na condição de trabalhadores “livres” para vender a sua força de trabalho.

O desenvolvimento do sistema capitalista ao longo de décadas se deu a partir de circunstâncias favoráveis, tais como: o progresso do chamado capitalismo concorrencial que, como afirma Santos (2012), tinha em sua base a indústria e o comércio, pois as transações e conjunções que decorriam nesse estágio se tornavam propícias a esse sistema, bem como outras eventualidades que ocorreram no século XVII, que ficou marcado principalmente por algumas invenções que futuramente iriam dar fervor ao processo de produção a algumas fábricas já existente nesse período (SANTOS *apud* COSTA et. al, 2018, p. 320).

---

<sup>1</sup> A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado (YAMAMOTO, 2001, p.17), ou seja, entende-se por “questão social” o embate político entre as classes fundamentais, num dado período da história (séc. XIX) (ORTIZ, 2010, p.23)

O desenvolvimento da industrialização levou grande número de trabalhadores para as cidades, ocasionando um aligeiramento no processo de urbanização que favoreceu uma grande aglutinação de proletários a viverem em localidades próximas às fábricas, tais condições acabaram gerando o pauperismo da classe trabalhadora, que passaram a viver em condições desumanas.

Segundo Netto (2012), a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas, pois os burgueses se apropriavam de toda a mais-valia<sup>2</sup>, enquanto o trabalhador continuava a receber salários precários.

No Brasil a pobreza muitas vezes é definida como algo natural e não, como algo socialmente enraizado, contudo, não se pode defini-la somente como carência de alimentação, mas como falta de acesso a outros bens como: saúde, oportunidades, visibilidade, educação, saneamento básico, entre outros. É desafiador fazermos questionamentos diários de como essas pessoas vivem em condições precárias, sem o mínimo para a sobrevivência e que são vistas diante a sociedade de forma “marginalizada”. “A pobreza decorreu em grande parte, de um quadro de extrema desigualdade. Marcada por profunda concentração de renda. Essa situação coloca o Brasil entre os países de maior concentração de renda do mundo” (YAZBEK, 2012, p. 290 *apud* SILVA, 2010, p. 156).

Percebe-se que há um grau de medição para diferenciar os graus de pobreza, os que são assalariados e que vivem apenas de um salário mínimo e os que não possuem o mínimo para a própria sobrevivência. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013 indicam que a insuficiência de alimentação nos domicílios brasileiros aumentou 62,4%. Esse processo só enfatiza o grande contingente de pessoas desempregadas no Brasil e o grande número que trabalha em condições precárias com salários insuficientes. “(...) A pobreza é uma face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão capitalista” (YAZBEK, 2012, p. 293).

---

<sup>2</sup> Mais-Valia é uma expressão criada por Karl Marx, a qual significa uma parte do valor da força de trabalho produzida pelo trabalhador no processo de produção, e que não recebe a remuneração devida pelo capitalista.

A presença do desemprego é a principal característica da fase monopolista do capitalismo, marcada pelo aprofundamento da questão social, resultado da superpopulação excedente.

Dessa forma, as expressões da Questão Social neste momento, passam a ser, desigualdade social, multidões pauperizadas, desprovidas de habitação, mínimas condições de saúde, verdadeiramente em situações miseráveis, bem como, falta de garantia e defesa de seus direitos (SANTOS *apud* COSTA et. al, 2018, p. 326).

Vale ressaltar que o processo de constituição da questão social no Brasil teve suas peculiaridades, no que se refere a constituição da classe trabalhadora, marcada pela superexploração e o desmonte dos direitos sociais.

Neste caso, a proteção social brasileira se diferencia em muitos aspectos dos países da Europa, pois, se observa que o Brasil possui características na sua formação histórica que impossibilitou um desenvolvimento na modernidade democrática, isto é, com o adiamento desse processo o acesso à diversos bens e serviços foi falho, ou seja, foi desigual no decorrer desse processo. O Brasil no século passado e principalmente no período colonial não existia uma política de enfrentamento da questão social, os trabalhadores passaram por períodos conturbados e fragilizados. “No caso brasileiro, a experiência colonial e a escravidão prolongada colocaram historicamente, para os trabalhadores, a responsabilidade por sua própria sobrevivência” (YAZBEK, 2012, p. 295).

Os trabalhadores não recebiam assistência alguma, e durante esse processo a esmola foi um tipo de assistência dada a uma pequena parcela da população por um período conturbado, onde percebe-se uma trajetória longa e dolorosa.

As esmolas, que eram oficialmente recolhidas, e ações de caridade vão cunhar um modelo caritativo de assistência que recolhia dos ricos e distribuía aos pobres e que mesclava assistência e repressão. Assim a esmola foi a primeira modalidade de assistência social aos pobres no Brasil colonial, seguida da criação de instituições asilares e tutelares (YAZBEK, 2012, p. 295).

De acordo com Telles (1993) O Brasil passou por uma época de grande crescimento econômico, em que seria a oportunidade de maiores

investimentos em políticas de cunho social, resultando em condições para tirar as pessoas em situação de pobreza, mas percebe-se que no decorrer dos anos isso não ocorreu; fazendo com que as mesmas velhas políticas estejam presentes na sociedade, tal como um maior crescimento econômico gerando com isso mais agravamento de políticas excludentes.

Quando analisamos a questão social percebemos que ela sempre foi indissociável na sociedade brasileira, ou seja, sempre esteve presente durante todos esses séculos, mas nunca foi verdadeiramente solucionada, percebe-se que a sociedade brasileira vêm buscando no decorrer dos anos colocar a pobreza “em baixo do tapete” e excluindo uma maior viabilização de políticas que visem a diminuição significativa da pobreza, a mesma “é um problema societário e que toda e qualquer definição a seu respeito estará sempre fazendo referência explícita ou implícita, a algo acerca da sociedade”. (SILVA, PONTE, PACHÊCO, 2013, p. 47 *apud* OSTERNE, 2001, p. 101).

A pobreza ainda é bastante desprezada na sociedade, algo que todos tem noção do que é, serve de debates dentro dos mais diversos espaços como: universidades, escolas, comícios políticos, telejornais, etc, mas ainda é tratada como invisível e indesejada, todos sabem que existe, mas nada é obtido como solução. “(...) é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada.” (ROCHA, 2003. p. 9).

Nessa perspectiva, a definição de pobreza é vasta, porém deve-se analisar que a mesma é algo que foi construído na sociedade e não só tem a direção econômica; mesmo que seja algo presente na noção de pobreza ainda se têm outros fatores que possibilitam um maior agravamento.

Por não se tratar de uma categoria meramente econômica, mas, acima de tudo, política, o entendimento de pobreza comporta, além da privação de recursos sociais necessários à provisão da subsistência, privações de ordem espiritual, moral e política. Essas dimensões, obviamente presentes na condição de pobreza, emprestam ainda maior complexidade a sua compreensão como fenômeno social”. (SILVA, PONTE, PACHÊCO, 2013, p. 48 *apud* OSTERNE, 2001, p. 96).

Segundo Rocha (2003) O conceito de pobreza presente na realidade brasileira é a absoluta, pois, mesmo que o Brasil tenha uma situação econômica



mediana existe uma má distribuição de renda no país, gerando um grande número de pessoas sem suas necessidades primordiais atendidas.

No Brasil o analfabetismo, ainda bastante presente na sociedade, é outro fator que está fortemente ligado aos altos índices da pobreza, pois, com a falta de uma renda fixa nas famílias que possibilitem as crianças e jovens oportunidades para que as mesmas possam ter acesso à educação, fica difícil as mesmas se manterem em escolas, em que muitas vezes é necessário trocar a escola pelo trabalho para ajudar nas despesas de casa.

Salientando essa ideia Rocha (2003) afirma que:

Os indicadores de educação fornecem evidências da correlação entre baixo nível educacional e pobreza. Embora a taxa de analfabetismo esteja tendendo a zero rapidamente, o que pode ser constatado pelos diferenciais de taxa entre os indivíduos de 10 a 19 anos, ou de mais de 20 anos, pobreza ainda está associada a elevadas taxas de analfabetismo, uma vez que, entre os analfabetos, 70,04% são pobres (ROCHA, 2003, p.146).

É evidente que a grande maioria dos indivíduos que se encontram de forma fragilizada e em péssimas condições financeiras vão se submeter à péssimas condições de trabalho, com salários precários e sem carteira assinada, para satisfazer mesmo que de forma mínima suas necessidades básicas, “(...) uma inserção inadequada ou precária no mercado de trabalho, entre os pobres está associada a atividades de baixa produtividade, baixos rendimentos, além de irregularidade, insegurança, e imprevisibilidade do rendimento”. (ROCHA, 2003, p.148).

Mudanças ocorreram principalmente nos anos de 1992 e 1999 quando se analisa a questão da pobreza na interferência com a vida escolar de crianças e jovens, houve um “aumento” de escolaridade quando o programa bolsa escola foi criado, sendo uma das pequenas melhorias que fizeram crianças em idade escolar, ter mesmo que de forma mínima a possibilidade de frequentar a escola. Segundo Rocha (2003) em 1999 esses programas atendiam de forma limitada sendo impossível se ter uma modificação da pobreza por idade e de forma nacional.

A grande insuficiência de renda faz grandes modificações na vida dos mais pobres, percebemos assim que interfere de forma abrangente na vida dos

mesmos, a precarização dos trabalhadores principalmente no período dos anos 1990, foi gritante, pois, uma parcela desses trabalhadores exerciam funções sem condições, dignas como baixos salários e principalmente sem um vínculo formal no mercado de trabalho.

Algumas “melhorias” ocorreram, no qual houve alterações no perfil do pobre em que se é observado mudanças no que se refere ao conforto do seu domicílio, começando a possuir condições que os possibilitassem ter acesso a bens materiais, para seu domicílio e principalmente em alguns serviços públicos, contudo ainda não é efetivado condições adequadas quando se refere ao saneamento básico, sendo que a grande maioria da população ainda vive em péssimas condições de esgotamento sanitário (ROCHA, 2003).

Assim, pelo menos no que concerne à melhoria do acesso aos bens duráveis, isso foi possível devido ao barateamento relativo desses produtos ao mercado de segunda mão, além de decorrer de estratégias de aquisição que não significam necessariamente desembolso de renda. Como no caso da melhoria do acesso a serviços públicos, trata-se de uma melhoria do nível de bem-estar dos pobres não vinculado à melhoria da renda (ROCHA, 2003, p.162).

O nordeste possui uma grande concentração de pobreza, resultando em uma região que passa por diversas dificuldades em relação a desenvolvimento econômico que ainda é lento, levando em consideração outras regiões e isso se dá principalmente pela seca na região que é um dos fatores que interfere no desenvolvimento, e principalmente na educação no qual a taxa de analfabetismo ainda é crescente, em que muitas crianças e jovens ainda não conseguem ter acesso à oportunidade de frequentar a escola sendo mais visível essa realidade na área rural.

De acordo com os dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística à pesquisa aponta:

O Nordeste concentrou o maior percentual daqueles em situação de pobreza, 44,8%, o equivalente a 25,5 milhões de pessoas. Entre os estados, a maior proporção de pobres estava no Maranhão, com mais da metade da população, 54,1%, e em Alagoas, 48,9%. Já Porto Velho (RO) e Cuiabá (MT) foram as duas únicas capitais onde o contingente de pessoas que ganham menos de R\$ 406 por mês superava a dos respectivos

estados: em Porto Velho era 27%, contra 26,1% em Rondônia; em Cuiabá, 19,2%, contra 17,1% em Mato Grosso (IBGE, 2017).

A pobreza existente no Brasil se difere muito nas regiões e isso é observado na realidade do nordeste que com o passar dos anos ainda existem muitas desigualdades, se analisa uma disparidade entre as regiões principalmente nas do centro-oeste, sudeste e sul do país, o nordeste continua sendo uma região que ainda existe poucas políticas sociais que visem uma maior execução delas para que se consiga minimizar as desigualdades ainda existentes, ao falarmos de pobreza no Brasil e especialmente no sertão nordestino se faz necessário fazer uma reflexão dos problemas enfrentados na região, sendo os climáticos o grande precursor dessa problemática, afetando a vida da população que vive da agricultura.

As formas de solucionar as desigualdades regionais devem possuir iniciativas diferentes, no nordeste rural é importante se ter estratégias que venham solucionar a pobreza mais crítica, como possibilitar o acesso de terras para plantio, maior abastecimento de água para que se possa plantar melhorando a renda familiar e principalmente a fome existente, já nas regiões metropolitanas as ações antipobreza são necessariamente uma maior frequência na escola, buscando uma educação de qualidade para uma maior qualificação profissional (ROCHA, 2003).

A educação é crucial para que possibilite melhorias de vida para a sociedade brasileira, pois, com uma qualificação no quesito educação se pode conseguir uma melhor profissão, mesmo que se saiba que é necessário um leque de soluções para que crianças, jovens e adultos possam de maneira efetiva frequentar a escola, é necessário que se haja políticas públicas que garantem o acesso à educação e todos os outros bens e serviços, no qual ser pobre não é somente passar fome, como os noticiários repassam para a sociedade, mas sim é um conjunto de problemas que dá ênfase a essa realidade. “ser pobre não é só principalmente ganhar pouco; o conceito de pobreza precisa ser desmonetizado e realizado de forma real, menos econômico e mais ético, menos contínuo e mais descontínuo”. (SILVA, PONTE, PACHÊCO, 2013, p. 47 *apud* BUARQUE, 2003, p. 39).

Em decorrência do grande contingente de trabalhadores que vivem no Brasil com apenas um salário mínimo, sendo eles considerados pobres diante da atual conjuntura e que passam por grandes dificuldades, principalmente para se manter no trabalho, como também para garantir melhores condições de vida para seus familiares. O mercado de trabalho está cada vez mais exigente, buscando profissionais cada vez mais qualificados, diante disso o desemprego aumenta e ocasiona um maior número de trabalhadores vivendo na informalidade.

Segundo Rocha (2003):

(...) o mercado de trabalho brasileiro vem se especializando rapidamente o que resulta em um número insuficiente de postos de trabalho e no aumento relativo da participação da mão-de-obra qualificada no total dos trabalhadores ocupados. (ROCHA, 2003, p.186).

Sendo assim, cabe ao Estado conduzir políticas públicas que entenda a pobreza no seu contexto dimensional, que analise às desigualdades regionais, a evolução crescente do desemprego originado pelo aceleração crescente do desenvolvimento capitalista, que explora a classe trabalhadora e que com isso há um crescente aumento do exército industrial de reserva, em que os trabalhadores se submetem a trabalhar em condições desumanas apenas por um salário mínimo por receio de ficar sem trabalho, que a educação seja uma ferramenta para que possa proporcionar a crianças e jovens conhecimentos para que a realidade da pobreza principalmente em metrópoles e nas regiões rurais nordestina sejam revertidas e que se entenda que a fome é um dos problemas da pobreza, mas que existem outras problemáticas que dificultam a vida dos brasileiros.

Adotar o combate à pobreza como bandeira política conseqüentemente requer a reestruturação do gasto social, em geral, e o redesenho dos mecanismos voltados especificamente ao atendimento dos pobres. Implica ainda que os mecanismos de financiamento de gastos levem em conta, explicitamente, as desigualdades da distribuição de renda no país. Especificamente, na operacionalização de políticas antipobreza, é indispensável concentrar o uso de recursos, antigos ou novos em políticas de objetivos claros e focalizados em populações bem definidas. (ROCHA, 2003, p.193)

A sociedade brasileira tem uma bagagem de um passado que ainda hoje perpetua a ideia de uma cultura escravagista, pois tais problemas se dão devido a decorrência da grande discrepância das desigualdades e principalmente de uma cultura patriarcal que na visão da sociedade acredita que os pobres são inferiores e que devem submissão e que a proteção que é ofertada pelo estado é um favor não um direito. (TELLES, 1993).

Com isso percebemos que à proteção social deve ser um direito para todos que necessitam e que não deve ser focalizada e sim um dever do Estado com à população, que garanta melhorias visando uma diminuição da pobreza em seu contexto geral, para que não seja utopia diante de uma realidade cada vez mais desigual.

As formas de enfrentamento da pobreza no Brasil são fragilizadas desde sempre, em que se buscou alternativas falhas para dá respostas advindas da questão social, e principalmente em desenvolver políticas públicas que propusessem melhorias nos problemas sociais. A pobreza interfere de forma objetiva e subjetiva na vida do indivíduo em sociedade, principalmente no Brasil na qual a desigualdade é acentuada e a distribuição de renda é injusta.

De acordo com Teixeira (2007) O Brasil em 1930 buscou formas fragmentadas para o enfrentamento das dificuldades oriundas dos problemas sociais da época, como tentativa de silenciamento das manifestações ocasionadas pelos movimentos sociais, às respostas não eram satisfatórias e na época já se instaurava um padrão de proteção social.

Nessa época a sociedade começou a ter iniciativas do Estado pois há uma identificação da questão social como algo que precisava de respostas, entretanto o que era proposto pelo Estado era apenas uma forma de camuflar os conflitos e principalmente amenizar a população com políticas sociais conservadoras.

Conceitua (TEIXEIRA, 2007, p. 49):

Essas respostas fragmentadas que vão se dando de “grupo a grupo”, de “corporação a corporação”, numa lógica de “hierarquia de privilégios”, são mecanismos que obstaculizam a consciência de classe, posto que são fragmentadores da unidade das lutas das classes subalternas.

Vale ressaltar que anteriormente à década de 1930 o Brasil já dava sinais de que buscava respostas mínimas para a questão social, pois se sentia tensionado devido as manifestações sociais em decorrência das situações existentes.

Como aponta Teixeira (2007):

(...) influenciado pelas pressões dos movimentos classistas e pelas experiências de outros países que já adotavam políticas de seguro social, promulgando a Lei de Acidentes em 1919, criando as CAPs (Caixas de Aposentadoria e Pensões) em 1923, conhecida como lei Elói Chaves (ponto de partida da previdência social), as leis de férias, o código de menores, dentre outras. (TEIXEIRA, 2007. p. 49).

Todas essas alternativas são próprias do interesse do Estado, pois nenhuma tinha uma perspectiva que visasse melhorias para a população e principalmente para a classe trabalhadora. Na visão de Pochmann (2004):

Na realidade, foi estabelecido um sistema de proteção social de natureza meritocrática e particularista, voltado tão somente aos trabalhadores assalariados com carteira assinada. Como a maior parte das classes trabalhadoras encontrava-se no campo, apenas os empregados urbanos foram beneficiados pelo salário mínimo, assim como por toda a legislação social e trabalhista (Consolidação das Leis do Trabalho). (POCHMANN, 2004. p. 10).

A Previdência Social vai ser um dos pontos fundantes para o Estado ter uma possibilidade de controle com trabalhadores, sendo uma forma do Estado buscar ajustar a classe trabalhadora. “A política previdenciária constituirá num dos principais mecanismos de intervenção do Estado e da inserção seletiva e controlada de frações da classe trabalhadora(…)” (TEIXEIRA, 2007. p. 50).

A configuração estabelecida de como a previdência social vai atuar como política com viés de proteção social é contraditória, visto que, ao mesmo tempo que à mesma propaga a ideia de proteção ao indivíduo, acaba se contradizendo e responsabilizando o mesmo na medida que exige contribuição prévia para consequentemente conseguir acesso.

Na opinião de Teixeira (2007) A forma de contribuição prévia acaba tornando essa política seletiva e principalmente acaba excluindo os pobres,

aqueles que não possuem vínculo empregatício formal, ou seja, impossibilitando os mesmos de serem inseridos dentro da política ocasionando uma exclusão no ingresso da proteção social.

A proteção social brasileira se efetiva em meados de 1960 e por volta da metade de 1970, momento em que a ditadura militar estava no comando com falsas ideias de melhorias, levando a sociedade a crer que estava sendo assistida, as repressões sofridas na época por parte dos trabalhadores e principalmente as restrições ocorridas aos sindicatos na época foi de forma acentuada, sendo uma ideia infundada de expansão na proteção social para uma tentativa de “apaziguar” os entraves da sociedade.

Segundo Teixeira (2007):

(...) legitimando minimamente o regime de exceção, de modo a encobrir sua dureza. Além disso, a ditadura manteve a fachada corporativa do sindicalismo operário, mas esvaziou-o de seu papel de negociador diante do capital, fechou inclusive, a possibilidade de cooptação, excluindo a participação dos trabalhadores, prevalecendo, assim, um corporativismo bifronte (participação dos empresários e governo). (TEIXEIRA, 2007. p. 53).

Há uma “expansão” em bases meramente contraditórias, pois, ao mesmo tempo em que houve uma inclusão desses trabalhadores informais e idosos, nota-se também restrições no intuito de fazer toda essa categoria e principalmente os idosos a viverem com menos do mínimo.

Os trabalhadores que não tinham suas atividades laborais reconhecidas por lei foram incluídos na assistência previdenciária, assim como os idosos carentes, mas tiveram suas necessidades rebaixadas a menos do mínimo, reproduzindo a máxima de “vidas sem valor”. (TEIXEIRA, 2007.p. 53).

A proteção social acaba sendo fortemente usada pelo estado de forma errônea para fortalecer os interesses do capital, dando respostas fragmentadas para a população, há um grande aguçamento da lógica privatizante para se ter uma parceria do público/privado, desresponsabilizando o Estado; essas iniciativas buscam uma maior intensificação da ideia de que as

políticas sociais exercem com práticas conservadoras e focalizadas, ao mesmo tempo que inclui uma maior quantidade de pessoas será usado as exceções em grande escala para se conseguir uma determinada atenção.

Como destaca Teixeira (2007) há uma presença marcante no modelo de proteção social brasileiro de iniciativas privadas e da filantropia sendo ainda muito presente a lógica da caridade com fins meramente lucrativos como base de execução da proteção.

Em meados 1980 foi marcado por retrocessos nas formas de efetivação e elaboração das políticas públicas sendo presente a realização de práticas conservadoras, no qual se exigia do Estado uma emergência para dar soluções aos problemas enfrentados da época para que houvesse uma realização de políticas sociais que conseguissem atender a classe subalterna, em que existia um grande número de pessoas em situação de pobreza em decorrência dos atrasos que foram cometidos durante todos esses anos; as pressões sociais por melhorias são marcantes, a sociedade precisava de respostas com políticas sociais que realmente dessem conta da realidade. Segundo (POCHMANN, 2004. p. 12) “Por meio de lutas sindicais e políticas partidárias foi possível, pela Constituição Federal de 1988, atingir a unificação do sistema de assistência e previdência social para trabalhadores urbanos e rurais.”

A constituição de 1988 foi um marco de suma importância que buscava uma universalização na proteção social brasileira na atual conjuntura. De acordo com Teixeira (2007) a constituição de 1988 expandiu direitos como:

O conceito alargado de proteção social com a denominação de Seguridade Social - compreendendo um conjunto integrado de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. b) Irredutibilidade do valor dos benefícios e caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial dos trabalhadores, empresários e aposentados; c) Garantia do reajustamento dos benefícios pelo salário mínimo; d) Diminuição da idade para aposentadoria por velhice, para o trabalhador rural, 60 para o homem e 55 para mulheres, para o trabalhador urbano, 65 para homens e 60 para mulheres; e) Reajuste da pensão vitalícia para o valor de um salário mínimo, dentre outras (TEIXEIRA, 2007. p. 56-57).



Em 1990 foi evidenciado por desvios do que foi efetivado na constituição de 1988, enfraquecimento principalmente daquele ideário universal, em decorrência da dívida interna do Brasil que resultou em pressões por parte do capital para que houvessem reajustes, isto é, uma nova reestruturação econômica, com uma falsa propagação de crise, cortando gastos na área social. Como aponta (SILVA, PONTE, PACHÊCO, 2013, p. 51) “Na década de 1990, as políticas sociais passam por um processo de fragilização, tornando-se praticamente impotentes, principalmente pela diminuição de recursos e finalidades”.

O ideário do público/privado estava em plena ascensão no Brasil, as tendências de políticas de proteção social que sempre tinham a lógica de ajuda e de colaboração de instituições privadas é presente até os dias de hoje no Brasil. A contemporaneidade é marcada por uma concentração da pobreza e principalmente por políticas públicas que não foram feitas para atenderem as situações precárias do cotidiano dos indivíduos, é um efeito acumulativo daquilo que não foi efetivado de forma correta.

Segundo Pochmann (2004):

(...) o atraso da atuação das políticas sociais que são operadas por um padrão de gestão pública ultrapassado. A fragmentação do gasto social com ações setorializadas implicam somas elevadas somente no custo-meio de operação das políticas públicas, que na maior parte das vezes concentram-se nas medidas de natureza assistencial. Diante da dispersão de objetivos, permanecem elevados o clientelismo e o paternalismo das políticas sociais que terminam por obstruir a perspectiva necessária da emancipação social e econômica da população assistida (POCHMANN, 2004. p.14).

O que se observa é a parceria desenfreada do público/privado na sociedade brasileira, na qual a uma desresponsabilização do estado com suas obrigações com a sociedade para que haja um maior engajamento das iniciativas privadas. A Proteção Social não contributiva no Brasil é campo conflituoso, que ainda está baseada na caridade, fazendo os indivíduos pensarem que não são sujeitos de direitos e sim merecedores de ajuda frágil e momentânea. Para que se haja uma Política de Proteção Social não contributiva é necessário entender a realidade social do Brasil e principalmente ver o indivíduo no coletivo para que

se possa atender à toda sociedade, que as bases que a mesma venha se constituir sejam concretas para atender a população. Como descrito por Sposati (2009):

Desconstruir/reconstruir o modelo social público brasileiro de proteção social não contributiva, em bases crítico-conceituais, supõe introduzir múltiplos recortes em seus elementos constitutivos, mas, também, alertar quanto à perspectiva histórica contida na concepção de modelo. Refiro-me ao fato de que um modelo indica sempre uma relação do presente com o futuro. Como conceito, ele é um vir a ser. A sua aplicação real é que vai lhe dar a forma para além do conceito (SPOSATI,2009. p.16).

A condição de pobre ainda está muito ligada a fome, mesmo que essa condição se caracterize como algo fundante da pobreza não é só isso que objetiva o problema, existem outras situações que também evidenciam as circunstâncias que são vivenciadas na pobreza. Portanto, muitas vezes ainda está imbricado na sociedade que o Estado deve apenas ajudar alguns indivíduos de forma esporádica como resposta para solucionar a pobreza; em que na Proteção Social não contributiva não é necessário uma contribuição prévia sendo desse modo que ela se difere da Previdência Social, possuindo a perspectiva de atender de forma geral e não individualizada. “um modelo por si só não altera o real, pelo contrário, pode até ser condicionado e deformado pelo real, caso não se tenha domínio dos elementos constitutivos do modelo e das dificuldades a serem enfrentadas.” (SPOSATI, 2009. p.17).

No Brasil ser pobre e buscar acesso em alguma política social é um processo burocrático e longo, em que é necessário comprovar que não possuem uma renda fixa mensal, essas e outras situações determinam que o modelo de Proteção Social no Brasil é na maioria das vezes inacessível, o que se contradiz com o que a constituição de 1988 afirma no capítulo II:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015).

É importante evidenciar que a forma como o Estado intervém nos problemas sociais não compreende e soluciona de forma aprofundada nas situações existentes, mesmo que hoje existem alguns programas sociais que amenizem a miséria esses não conseguem viabilizar adequadamente os bens necessários e de maneira universal, no qual, o valor recebido não é substancial para proporcionar uma garantia de sobrevivência a quem necessita. O Modelo de Proteção não contributiva em especial é algo negativo na visão do capitalismo, mas não deixa de ser também um jogo de interesse para a sociedade capitalista, sendo a forma de se ter mais lucros com distribuição de renda, para que uma parcela da população consiga obter acesso ao poder de compra, mesmo que na visão de alguns economistas a forma de possibilitar renda pelos programas sociais acaba enfraquecendo a economia. Para Sposati (2009):

O sentido de não contributivo é relativo à sociedade de mercado. Nesse tipo de sociedade, onde vivemos, concordando ou não com seus princípios (diferentemente da sociedade indígena, por exemplo), o acesso ao que precisamos é feito por meio de compra e venda de mercadorias. No caso, é uma sociedade regida pelo dinheiro e pela mercadoria. O sentido de não contributivo significa do ponto de vista econômico o acesso a algo fora das relações de mercado, isto é, desmercantilizado ou desmercadorizado. (SPOSATI, 2009. p. 23).

Ainda é perpassado na sociedade brasileira uma ideia de que a proteção social tem um viés puramente de renda, porém não se pode analisar todo o cenário de precarização da pobreza apenas pela falta de uma renda, ainda que seja algo necessário, entretanto a política de proteção possui uma visão mais ampla das necessidades dos indivíduos tendo como pressuposto atender a população nas principais vicissitudes da vida seja em decorrência por alguma deficiência ocasionada por acidente de trabalho, violência, informalidade no trabalho e etc.

De acordo com Sposati (2009):

Alguns defendem que a proteção deve ser vinculada com a miséria, propondo ações focalizadas nos necessitados, enquanto outros, que o vínculo da proteção deve ter atenções baseadas em direitos, com perspectiva universal em face à uma dada necessidade". (SPOSATI, 2009. p.23).

É importante ressaltar que mesmo que o indivíduo consiga se inserir no mercado de trabalho, o mesmo ainda vai precisar da proteção social pois na maioria das vezes sua inserção é em condições precárias e desumanas, impossibilitando esses trabalhadores acessar uma qualidade melhor de vida ganhando muitas vezes a metade de um salário mínimo, é importante ter a noção de que a Proteção Social não será solucionada pelo mercado de trabalho, mesmo que a renda seja importante, isso não irá possibilitar os indivíduos uma garantia aos seus direitos.

O conservadorismo em pleno século XXI ainda é presente no que tange em como as políticas públicas serão materializadas na sociedade brasileira, é necessário que se haja uma cobrança diária da população por políticas de cunho social e de qualidade, com respostas que dê resultados coletivos a população na sua totalidade e não de forma individualizada.

A vulnerabilidade social e o risco social são situações que afetam o cotidiano dos indivíduos na sociedade, sendo algo que todos estão sujeitos a vivenciar como o adoecimento, falta de renda, situação de violência, entre outros.

É preciso destacar que, embora riscos e contingências sociais afetem, ou possam afetar todos os cidadãos, as condições que caracterizam o padrão de vulnerabilidade social para enfrentá-los e superá-los são diferenciadas entre esses cidadãos, por decorrência da sua condição de vida e da ocorrência da cidadania precária, que lhes retira condições de enfrentamento a tais riscos com seus próprios recursos. Assim as sequelas da vivência desses riscos e as vulnerabilidades em enfrentá-los e superá-los podem ser mais ampliadas para uns do que para outros (SPOSATI, 2009. p.32).

Contudo as formas de lidar com esses riscos vão depender das condições objetivas, subjetivas e materiais, pois se observarmos duas pessoas que vivem em bases econômicas e familiares diferentes vão possuir mecanismos e enfrentamentos diferentes, no qual um indivíduo que tem um apoio familiar se distinguirá daquele que não detém de um apoio familiar. “Numa sociedade complexa a vulnerabilidade social não é só econômica, ainda que os de menor renda sejam mais vulneráveis pelas dificuldades de acesso aos fatores e condições de enfrentamento a riscos e agressões sociais”. (SPOSATI, 2009. p.34).

No capitalismo o risco social acaba sendo uma consequência de um sistema econômico predatório, em que todo esse crescimento desenfreado desencadeia situações extremas e provocam um maior agravamento da desigualdade social, na qual a população mais ameaçada será as que vivem em situação de pobreza, sendo essas pessoas mais suscetíveis a viverem em situações de risco social.

Sposati (2009) No Brasil existe um fator de risco pessoal e social de maior proporção que é algo construído historicamente, no caso os afrodescendentes, quilombolas, indígenas e etc, estão mais propensos a vivenciar estas situações.

As condições que muitas famílias vivenciam não só por falta de renda mas pela dificuldade em acessar políticas públicas, como morar em lugares sem infraestrutura ,falta de acesso a transporte público, saneamento básico, segurança pública, habitação, saúde e educação, todos esses fatores fazem parte do eixo norteador da Política de Proteção Social. Para Sposati (2009):

A constituição da proteção social não contributiva no Brasil embora esteja constitucionalmente assentada não está ainda plenamente aplicada. Conseguir aplicar os ditames constitucionais supõe fortes e sensíveis mudanças político institucionais e econômico sociais nas relações e regras da sociedade brasileira, dos entes federativos que compõem o Estado brasileiro e dos agentes institucionais que operam a proteção social (SPOSATI, 2009. p.47).

Para que se haja uma maior execução nas políticas sociais é necessário que se tenha um maior engajamento do Estado e principalmente que a população reivindique seus direitos para que sejam garantidos, que haja um política transparente e de acordo com o que foi promulgado na constituição de 1988. São essas mudanças que irão possibilitar uma melhoria nas condições de vida da população e principalmente uma base sólida que consiga mudar o quadro de pobreza no Brasil.

Para o autor:

Não obstante os obstáculos e limites impostos à evolução do sistema de proteção social, o Brasil tem uma oportunidade singular de, ao democratizar a democracia, constituir um novo modelo de crescimento da renda e refazer as pazes com um futuro socialmente justo. (POCHMANN, 2004. p.15).

## 2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ALGUNS APONTAMENTOS

Guardado o devido intervalo temporal, com a Constituição de 1988, houve mudança no sistema de proteção social brasileiro e com isso surgindo o tripé da seguridade social que é composto da Previdência Social, Saúde e Assistência Social, na qual, a primeira necessita de uma antecipada contribuição para conseguir um acesso, a segunda tem o objetivo de universalização e a última não necessita de contribuição prévia.

É importante lembrar que no decorrer desses acontecimentos a Constituição (1988) foi promulgada em um cenário bastante caótico, em que a desigualdade social estava intensa. “(...) a adoção de medidas econômicas e de ajuste fiscal são características desse contexto, que no campo da proteção social, vai se enfrentar com o crescimento dos índices de desemprego, pobreza e indigência” (YAZBEK, 2012, p.302).

Diante desse momento desafiador no Brasil na qual a sociedade brasileira passa pelo processo de eleição do Presidente Fernando Collor (na década de 1990), em que se buscava diversas formas de enfraquecer os direitos sociais e é com esse cenário de insegurança que a seguridade social não vai conseguir se consolidar.

Mas o contexto que resultou na promulgação da Constituição de 1988, foi marcado por grande pressão de vários setores da sociedade, trazendo uma nova concepção de Assistência Social, incluindo-a na esfera da Seguridade Social.

Art.194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2003, p. 193.).

Nesse processo e em 1993 a Assistência Social brasileira será regulamentada e a Lei orgânica da Assistência Social – LOAS vai ser uma importante condutora para a Assistência Social se tornar uma política pública.

A LOAS passa por muitas lutas para conseguir sua promulgação, em um período ainda com políticas sociais quase inexistentes. No Brasil se debatia

muito sobre uma nova configuração de proteção social, cujo modelo que se buscava era o da França e Inglaterra que conseguiam atender a população.

A Seguridade Social na França desenvolveu-se paralelamente à emergência do trabalho assalariado para reduzir os riscos de uma perda de salário como consequência de acidentes, desemprego ou velhice. Em termos gerais, exprimiu a necessidade de restaurar uma proteção que permitisse a cada trabalhador constituir uma renda de substituição sobre a base de contribuições prévias. A lógica de seguridade, inicialmente limitada à proteção individual foi progressivamente aplicada aos sistemas coletivos de seguridade social (CARRO, 2008, p. 33).

No decorrer de uma trajetória turbulenta a LOAS é “esquecida”, os governantes não se interessavam em sancionar a mesma, fato este que demonstra uma sociedade extremamente injusta e excludente que não se pensava em melhorias para a população.

As modificações que a LOAS vem trazer para a sociedade brasileira tem novas formas de buscar uma “correção” das situações crônicas existentes na atual conjuntura, é uma luta árdua, sendo o Brasil um país desigual, a solução para a população é conseguir ser ouvida. De acordo com Sposati:

(...) a menina LOAS veio para corrigir isto. Ela não pode falar só com alguns técnicos, com notáveis ou com dirigentes de organizações. Ela deve ser, pedagógica e democraticamente compelida, a dialogar com a população na ação (...) (SPOSATI, 2007, p.17).

A passos lentos a LOAS vai conseguir construir forças dentro da sociedade e principalmente para que haja políticas públicas abrangentes que dê mais ênfase na construção da Assistência Social.

A assistência social era uma política que não possuía um arcabouço teórico, sem direcionamento sendo de suma importância a regulamentação da LOAS para que a Assistência Social brasileira possuísse um direcionamento.

A LOAS sofre no decorrer do processo para ser sancionada, tendo diversos impedimentos, entre eles está a política implementada pelo presidente Fernando Collor na década de 1990, dificultando ainda sua criação, atrasando mudanças na Assistência Social brasileira.

Diante de diversos entraves à LOAS, em 7 de dezembro de 1993 torna-se lei e é tema de debates acerca das novas modificações, mas

infelizmente o então presidente Fernando Henrique Cardoso não traz muitas inovações para o Brasil. “É incrível como persiste a dificuldade em aceitar que a menina LOAS, embora com raízes genéticas conservadoras, se proponha a romper e fecundar novos núcleos moleculares de cidadania” (SPOSATI, 2007, p.69).

Em 2003 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi possível observar alguns avanços na LOAS à exemplo, a criação do Ministério da Assistência Social. É importante fazer todo esse trajeto para entender a construção da Política de Assistência Social no Brasil e principalmente os desafios que são impostos e como essa política vai ser efetivada nas esferas Estadual, Municipal e Federal.

A assistência social tem como pressuposto ser uma política de proteção social não contributiva, tendo como objetivo atender quem dela necessitar, a mesma vai adentrar na realidade brasileira com a perspectiva mais focada e moderna do que aquela que foi promulgada em 1988. Ela torna-se mais atual, se observarmos os anos anteriores e no que foi citado no texto, temos base que a Assistência Social brasileira terá várias modificações em sua forma de adentrar na questão social brasileira, principalmente por que anteriormente a mesma não possuía uma lei que regulamentasse a política, só então em 1993 é que se alcançou esse avanço.

Nos anos seguintes algumas análises foram feitas na política de assistência, com todos os avanços ao longo dos anos, foi observado que era necessário medidas que detivessem ações para a sociedade e principalmente para os excluídos dela, tendo uma leitura na sua totalidade, entendendo que os usuários dessa política são pessoas que possuem necessidades não só básicas mas analisar como um todo, isto é, existe outras formas de contribuir para que a população seja bem assistida. “A construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio a família”. (PNAS, 2004, p.10).

É de suma importância para a Política de Assistência Social, estudos/pesquisas que são realizados para a análise situacional da população e com isso ter uma maior percepção das situações dos municípios e de acordo com a quantidade da população será analisado os principais problemas



enfrentados naquele município; em que quanto maior a população maiores problemas de desigualdade social como: a fome, o desemprego, falta de moradia, saneamento básico, entre outros. De acordo com a (PNAS, 2004):

O Brasil apresenta um dos maiores índices de desigualdade do mundo, quaisquer que sejam as medidas utilizadas. Segundo o Instituto de Pesquisas aplicadas - IPEA, em 2002, os 50% mais pobres tinham 14,4% do rendimento e o 1% mais ricos, 13,5% do rendimento (PNAS, 2004, p.13).

Vale ressaltar que municípios com a população pequena têm um grande contingente de desigualdade social por falta de desenvolvimento, se analisarmos nessas cidades uma parcela da população vive de trabalho informal gerando um aumento da carência de renda fixa. A assistência social é de responsabilidade do Estado, sendo uma política que não requer contribuição, os cidadãos que necessitam vão buscar acesso a políticas sociais que são: as pessoas em situação de rua, drogadição, perda do vínculo familiar, entre outros.

A seguridade social no Brasil vem passando por diversas modificações, o Estado está restringindo gastos, principalmente em políticas sociais, fato que vem ocorrendo desde a década de 1990, sendo mais acentuado no governo de Fernando Henrique Cardoso e dando continuidade no governo de Lula, tudo isso perpetuando o crescimento do capitalismo. A dívida interna do Brasil é uma amostra de que só quem mais sofre é a camada mais pobre da sociedade, no qual houve mais cortes nos serviços públicos.

Sob o auspício da responsabilidade fiscal, a dívida interna de R\$ 59 bilhões, no início do primeiro governo de FHC, saltou para R\$ 685 bilhões, e a taxa de juros do Brasil permanece entre as três maiores do mundo. O mais curioso (e seria cômico, caso não fosse trágico) é que todo este processo se deu tendo como justificativa a possibilidade do Estado assumir suas atividades típicas, como: educação, saúde, assistência, segurança etc. (SITCOVSKY, 2005, p.150).

Todas essas modificações ocorridas só possibilitaram um maior número de pessoas em situação de pobreza no Brasil, agravando ainda mais as desigualdades existentes. Segundo Sitcovsky (2005), o superávit é o que impulsiona o país a não conseguir dar conta da expressão da questão social, isto é, colocando o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo.

Esses mecanismos contribuíram para que o Estado tivesse uma “desresponsabilidade” congelando gastos; em que a seguridade começou a mercantilizar a saúde e a previdência social, possibilitando fragilidades nos principais serviços. O capitalismo afeta cotidianamente as políticas sociais, o percurso de desenvolvimento que a política de assistência social percorreu até os dias atuais para sua expansão, acaba sendo enfraquecido.

Se analisarmos as pequenas melhorias que essa política possibilitou, chegaremos à conclusão que está ficando mais centralizada e seletiva diminuindo a quantidade de usuários, em que a classe dominante tem como principal objetivo fortalecer simultaneamente o capital, buscando programas sociais na tentativa de “apaziguar” situações de extrema pobreza, para que os mesmos consigam ter acesso as mercadorias e fortalecer o capital. Conforme Sitcovsky (2005, p.154), “(...) a possibilidade dessas famílias obterem créditos e empréstimos descontados em folha mediante as empresas de crédito que se multiplicaram nos últimos anos no país”.

Os programas sociais que mais atendem a população, de acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2018), é o BPC - Benefício de Prestação Continuada, que corresponde a cerca de 4,7 milhões de beneficiários, sendo o valor de um salário mínimo, pago a idosos com mais de 65 anos e pessoas com deficiência e o Bolsa Família.

Segundo dados do Ministério da Cidadania (2020) o Bolsa Família é um programa que atende cerca de 14,2 milhões de famílias, sabemos que são programas que amenizam situações de extrema pobreza, mas não solucionam realmente o problema. A expansão da Assistência Social demonstra um avanço em relação a outras políticas como a Previdência e a Saúde. Porém, esses avanços são mínimos e não conseguem atender a toda população brasileira. Para Sitcovsky (2005, p.157) “O Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS vem crescendo a cada ano”.

Todos os investimentos em políticas sociais destacando os programas de transferência de renda<sup>3</sup>, se tornam de grande importância para o capital. Sitcovsky (2005) ressalta que todo esse investimento na Assistência

---

<sup>3</sup> Atualmente, o país tem dois grandes programas dessa natureza: o Benefício de Prestação Continuada (conhecido como BPC - Loas ou, simplesmente, BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF).

Social tem se configurado como uma forma de ampliar a reprodução econômica e social de uma pequena parte da população.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, objetiva o que tem na LOAS, criado em 2002 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O SUAS tem como premissa ser descentralizado, um modelo que busca organizar as formas de ações socioassistenciais. “O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social”. (PNAS, 2004, p.33).

Afirma o referido autor:

Política Nacional de Assistência Social – que alardeia estabelecer novas bases para a relação entre Estado e “sociedade civil” – o que há na realidade, é um avanço na tentativa de organizar, racionalizar e regulamentar a relação público/privado. (SITCOVSKY, 2005, p.161).

Essas novas configurações sobre a Política de Assistência Social, acaba sendo ações que buscam uma maior propensão e regulação para que haja maior concentração de iniciativas privadas.

## **2.1 A Política de Assistência Social no município de Sousa – PB**

A efetivação da Política de Assistência Social vem buscando um maior cumprimento nos espaços do território brasileiro no decorrer dos anos. Como enfatiza (SPOSATI, 2007, p.435) “A construção da assistência social como política pública no Brasil é um compromisso constitucional cuja concretização vem se arrastando há quase 20 anos”.

Toda essa discussão é importante para explicitarmos como se apresenta a Política de Assistência Social na cidade de Sousa/PB, aqui será descrito o que foi vivenciado na experiência de estágio supervisionado, em que foi possível conhecer a relação da população com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.

O município de Sousa está situado no interior do Estado da Paraíba, De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) de 2020 com população estimada de 69 723, possui uma área de 728,492 km<sup>2</sup> cuja densidade demográfica é 89,10 hab/km<sup>2</sup>. A cidade se destaca por ser uma grande produtora em laticínios da região, no ano de 2018 segundo o (IBGE) o Produto Interno Bruto (PIB) per capita era de 16.215,67 R\$, já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 era de 0,668. A cidade se destaca por seu ponto turístico o Vale dos dinossauros sendo uma área de conservação de fósseis, recebendo visitas de todo Brasil para estudos.

A cidade possui dois Centros de Referência de Assistência Social — CRAS sendo um localizado no bairro Mutirão e o segundo fica situado no André Gadelha, às duas áreas são de vulnerabilidade social e conta também com um Centro de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS.

A Política de Assistência Social na cidade de Sousa é desafiadora, sabemos de todas as fragilidades que a mesma vem sofrendo ao longo dos anos, e como sua trajetória foi de construções/desconstruções, isto é, foi a passos lentos que a Assistência Social conseguiu se concretizar no campo de direito social, se afirmando enquanto garantia de serviços prestados à população. Tendo como princípios, segundo a PNAS (2004, p.26):

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, afim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistências, bem como os recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Em Sousa/PB a Assistência Social sofre uma imensurável discrepância entre a realidade dos usuários e do que a política propõe, e isso se caracteriza na forma como essa política é perpassada nas instituições.

As fragilidades encontradas na Política de Assistência Social em cidades de interior como Sousa são muitas, ainda é muito presente o modelo de caridade em como são efetivadas e desenvolvidas as ações pela Secretária de Ação Social. A filantropia e principalmente o trabalho em conjunto com órgãos privados é muitas vezes para que a população se tenha um maior acesso a cestas básicas, no qual foi bem presente na experiência de estágio.

É notório que sempre e em especial nos municípios a responsável que irá gerir órgãos de assistência social, sempre será uma pessoa de “confiança” ou que tem algum vínculo familiar com o prefeito e em Sousa isso é bastante comum.

Para a autora:

Em 50%, ou mais, dos municípios brasileiros, é ainda a esposa do prefeito a gestora da assistência social, acumulando, em 20% dos casos, a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social, órgão criado em atenção ao artigo 204 da CF-88 para proceder ao democrático controle social da gestão de um órgão e uma política que se quer pública (SPOSATI, 2007, p.435).

Sitcovsky (2005) enfatiza que as parcerias do setor público e privado se dá pela ideia de entidades prestadoras de serviços sociais e por séculos de abandono do Estado na área social.

A realidade de como será caracterizada as políticas públicas nessas cidades é preocupante, já se observa uma precarização no contexto nacional, isso será mais concentrado nos municípios com menor número de habitantes. Percebe-se que a forma de execução da assistência social ainda terá um viés arcaico e na maioria das vezes a forma de se trabalhar com a sociedade será de maneira individual e não no coletivo, é primordial que o usuário da política de assistência seja visto no contexto geral para que não se caia na armadilha do fazer política social para apenas um grupo da população.

De acordo com Sposati (2007) após a constituição de 1988, existe lutas para que se haja uma maior visibilidade do Estado na política pública para que assistência seja compreendida enquanto política, desligando-se da forma de fazer política com práticas eventuais tendo o pressuposto apenas de suprir necessidades momentâneas da sociedade.

Nas instituições e principalmente no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, observa-se que muitas vezes por falta de informações do que é o propósito da instituição e principalmente da Política de Assistência Social, os usuários não se reconhecem como cidadão de direitos e acabam se calando diante de situações frustrantes dentro desses espaços. Contudo, isso implica também para que a Política de Assistência Social não seja reconhecida como política pública de qualidade, no qual é percebido quando um gestor municipal desenvolve e viabiliza algum programa de cunho social, torna-se algo momentâneo e percebe-se que dentro dessa realidade muitos sucessores não irão dar continuidade.

Os movimentos sociais lutaram, e lutam, pela inclusão de suas necessidades na agenda pública. Ter sua necessidade reconhecida é sinônimo de identidade social. Todavia, quando esse reconhecimento se dá pelo executivo, ele é pontual, ocasional e atribuído ao governante de plantão. Pela alternativa democrática, sai o governante, e seu sucessor procurará criticar o realizado, desmanchar, não lhe dar continuidade. Para o movimento de luta social, tudo volta à estaca zero. Começa tudo novamente. Seu reconhecimento é provisório. Esta precária versão da democracia ao momento reforça a concepção do governante-pai. Não há garantias institucionais, mas afagos pessoais. Esta forma messiânica de inclusão repete-se nos municípios, nos estados e mesmo no Governo Federal (SPOSATI, 2007, p.438-439).

Todas essas particularidades da Assistência Social no Brasil e em especial no município de Sousa/PB possibilitam um entendimento de como existe um grande agravamento da precarização em políticas públicas no Brasil e isso vai se intensificando nas realidades dos municípios. A construção histórica da constituição de políticas sociais e as lutas para conseguir um maior reconhecimento dos problemas sociais no Brasil foi algo lento e que até hoje é presente na sociedade.

De acordo com Sposati (2007):

Enquanto na Europa a construção do modelo de Estado Social, conhecido como Welfare State, ocorreu a partir do final da II Guerra Mundial, no Brasil, e na maioria dos países latino-americanos, o alargamento da responsabilidade pública pela provisão social — não propriamente um welfare — só foi ocorrer nas duas últimas décadas do século XX, pela presença e luta de movimentos sociais, além dos movimentos sindicais. No caso brasileiro, a luta pelo retorno ao Estado Democrático de Direito mesclou-se com a luta pela extensão do acesso aos direitos sociais a todos. Romper com a ditadura militar e exigir do Estado (nacional, regional e local) compromissos democráticos, efetivação de uma agenda de provisão de necessidades sociais foi (e é) luta de múltiplos movimentos sociais. (SPOSATI, 2007, p.439).

É de suma importância que se haja um entendimento do fazer da Assistência Social nas instituições e principalmente no CRAS, para que não seja apenas um “cabide” de emprego com o viés puramente de política partidária e sim para que os usuários do CRAS e das demais instituições tenham seus direitos garantidos.

Sposati diz que:

“Há um simbólico arraigado à cultura social e política brasileira que sugere ser a assistência social a área de governo que autoriza aos necessitados, de preferência aos mais necessitados dentre os necessitados, o “acesso gratuito” a bens para sua subsistência”. (SPOSATI, 2007, p.441).

Diante do exposto percebemos como a viabilização de direitos são fragmentadas, focalizadas na assistência social de Sousa /PB, existindo um grande contingente de famílias que não sabe para que serve a assistência social e tendo ideias que os serviços públicos ofertados são por “bondade” de um determinado político. Se observarmos a trajetória anteriores de gestores, percebemos que houve pequenas melhorias no desenvolvimento na qualidade dos serviços. É muito presente a ideia de assistência social é para pobres e não para qualquer indivíduo que necessite de algum serviço, sendo propagado dentro de instituições, em meios de comunicação locais passando a ideia errônea.

Conforme Sposati:

A condição de ser pobre não gera direitos. É a condição de ser cidadão que os gera. Por consequência, enquanto for atribuída a responsabilidade da assistência social ao trato do pobre, ela não será uma política de direito de cidadania. Esta é uma das questões mais difíceis a ser enfrentada, pois muda o “pólo energético” da assistência social. (SPOSATI, 2007, p.441).

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é onde se efetiva as Políticas de Assistência Social, ou seja, é nessa instituição que a Proteção Social Básica irá atuar com o SUAS, para o fortalecimento de vínculos no convívio familiar.

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sócio familiar e comunitário. Nesse sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares (PNAS, 2004, p.29).

Na cidade de Sousa/PB os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS estão situados em áreas de vulnerabilidade social e existe uma grande defasagem de profissionais qualificados para compor a parte técnica na instituição e isso se dá pela escassez de concursos públicos, contribuindo para muitas vezes existir falta de organização e comunicação dentro dessas instituições. Portanto, isso se torna mais frágil a efetivação dessas políticas.

Nesse contexto, percebemos que a Assistência Social em cidades pequenas é utilizada por alguns políticos para se eleger nas eleições. Infelizmente essa é a realidade em muitas cidades brasileiras. Na maioria das vezes são esquecidos os principais objetivos da Política de Assistência Social:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitam;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;



- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (PNAS, 2004, p.27).

Para que a Assistência Social em Sousa/PB e nos mais diversos municípios brasileiros seja eficaz e possibilite aos indivíduos uma política de qualidade e não tenha como pressuposto a caridade e sim, algo que é direito dos cidadãos é necessário gestores comprometidos e capazes de absorver o que seja realmente política pública. As políticas sociais devem ser continuadas independente de mudanças de gestores.

Como enfatiza a autora:

A transição da assistência social para o âmbito da política pública exige que ela supere sua identificação sob a categoria de programa social deste ou daquele governo para desenvolver um sistema de proteção social contínuo, ainda que cada governo possa complementar, ou potencializar, uma ou outra dimensão desse sistema com um programa social governamental com a marca específica de um período de governo (SPOSATI, 2007, p.447).

## **2.2 A precarização do trabalho do Assistente Social: uma breve análise no CRAS de Sousa/PB**

O trabalho da/o Assistente Social no decorrer dos anos passou por diversas transformações, em decorrência das novas requisições e exigências da sociedade e do capital. Para Raichelis (2010):

“As transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho, seus processos e sujeitos provocam redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais, desencadeando novas requisições, demandas e possibilidades ao trabalho do assistente social no âmbito das políticas sociais”. (RAICHELIS, 2010. p.751).

Em meados de 1980 no Brasil houve um maior agravamento da questão social e com isso obteve um impulso no que tange uma ruptura com conservadorismo no Serviço Social tradicional, em que o Estado precisava dá

respostas para a sociedade e principalmente diante às manifestações sociais da época em busca de melhorias.

As respostas do Estado à questão social se realizam por meio de um sem-número de organizações sociais, por meio da fragmentação e setorização das necessidades sociais (daí as políticas sociais no plural), recortando-as em problemas sociais “particulares” como o desemprego, a fome, o analfabetismo, a doença etc.), dificultando a explicitação de sua raiz comum numa perspectiva de totalidade, provocando a atomização das demandas e a competição entre os segmentos demandantes do acesso a parcelas do fundo público (RAICHELIS, 2010, p.755).

Mesmo após a Constituição de 1988 que buscou uma maior efetivação e principalmente reconhecimento das políticas sociais, houve retrocessos nos anos subsequentes, como destaca a autora:

(...) os anos 1990 foram palco de um complexo processo de regressões no âmbito do Estado e da universalização dos direitos, desencadeando novos elementos que se contrapõem ao processo de democratização política, econômica e social em nosso país, no contexto de crise e reorganização do capitalismo em escala internacional (RAICHELIS, 2010, p.755).

A precarização da classe trabalhadora e principalmente das/os assistentes sociais é e sempre foi presente na sociedade, com a agudização da questão social desencadeia novas formas de intervenção e principalmente para os profissionais do Serviço Social que tem que possibilitar mecanismos tanto para os trabalhadores e o capital, e é nesse campo de tensões e conflitos que emerge o trabalho da/o assistente social. O trabalho da assistente social no CRAS de Sousa/PB se caracteriza por uma realidade marcada por um campo nebuloso, na qual a mesma se encontra precarizada e principalmente esgotada da realidade vivenciada na instituição.

Houve uma grande ampliação dos espaços ocupacionais das/os assistentes sociais principalmente com a implantação do SUAS que abre novos horizontes de trabalho para as/os assistentes sociais e outros profissionais, mas ao mesmo tempo que há essa expansão fica evidente uma grande precarização nas condições de trabalho aos quais o profissional é inserido (RAICHELIS, 2010).

O cotidiano no estágio supervisionado possibilitou uma breve análise de como a teoria e a prática estão conectadas na execução do trabalho da/o assistente social e na maioria das vezes as/os profissionais acabam esquecendo disso e utilizando práticas do senso comum, no qual não conseguem ter uma leitura da realidade na sua totalidade e isso acaba se contradizendo daquilo que está inserido no projeto ético político profissional. Todas essas questões são pontos centrais para desencadear péssimas condições de atendimento para os usuários e principalmente faz o profissional não se reconhecer como tal.

O trabalho vem sofrendo diversas mudanças na contemporaneidade e isso tem suas raízes com o grande e expressivo crescimento e acumulação do capital, que gera lucro com exploração da classe trabalhadora.

De acordo com a autora:

São contextos que geram processos continuados de informalização e flexibilização expressos por trabalhos terceirizados, subcontratados, temporários, domésticos, em tempo parcial ou por projeto, para citar apenas algumas das diferentes formas de fragilização a que está submetida a classe trabalhadora. São transformações que atingem duramente o trabalho assalariado, sua realização concreta, sua materialidade e as formas de subjetivação na consciência dos trabalhadores, levando a redefinições dos sistemas de proteção social e das formas de organização e gestão dos processos de trabalho (RAICHELIS, 2010, p.758).

A atuação da assistente social no CRAS de Sousa/PB demonstra às condições que são impostas nessa instituição, seja pelas condições de estrutura desse espaço como outros elementos que compõe essa dificuldade, como a ausência de transporte para visita de domicílios sendo necessário na maioria das vezes a profissional utilizar o próprio transporte para atender demandas, falta de acesso à internet, impressora quebrada, entre outros problemas. A profissional diante dessas condições acaba se frustrando por não conseguir realizar seu trabalho e principalmente por não proporcionar acesso aos serviços para os usuários.

A falta de autonomia dentro das diversas instituições é um dos grandes problemas para as/os assistentes sociais sendo algo que é muito presente no cotidiano dessas instituições e principalmente algo que foi

observado no estágio, a profissional era muitas vezes “forçada” a exercer funções que não era de sua competência.

Portanto, uma questão relevante a ser destacada quando se problematiza a situação do trabalho e dos trabalhadores na assistência social é que não se trata apenas de questões relacionadas à gestão do trabalho, mas fundamentalmente dos modos de organização do trabalho na sociedade capitalista contemporânea, e das condições concretas em que se realiza, particularmente nas políticas sociais, que, como a assistência social, tiveram um grande crescimento nesses últimos anos (RAICHELIS, 2010.p.763).

Muitas vezes dentro dessas instituições nos deparamos com outros profissionais que acham que conseguem executar o mesmo trabalho da/o assistente social, o que se torna uma percepção errada pois para exercer a profissão é necessária uma formação (graduação em Serviço Social). Como enfatiza Raichelis (2010), é necessário que se tenha nível universitário para exercer algumas funções específicas nessas instituições e essa realidade muitas vezes não é vista no SUAS, em que há um grande número de trabalhadores que não são profissionais qualificados e dá área.

Diante disso é imprescindível que se haja maiores investimentos na qualificação de profissionais e maiores oportunidades de concurso público para que as/os assistentes sociais possam ter sua relativa autonomia dentro desses espaços, para que se possa ter serviços públicos de qualidade, isto é, possibilitando uma exclusão do mix público/privado na realidade brasileira que é algo que está cada vez mais presente.

A ambiência neoliberal afetou também a imagem do servidor público e as representações sociais junto à população e à opinião pública, instalando-se um clima desfavorável à recomposição e expansão da força de trabalho na administração pública, embora nesses últimos anos seja possível observar certo avanço nessa direção, especialmente em nível federal (RAICHELIS, 2010, p.763).

A/O assistente social e sua relação com a instituição empregadora é bastante complexa no sentido que o mesmo não dispõe de meios necessários para a realização de seu trabalho, como inexistência de reconhecimento por seu trabalho, baixos salários, excesso de burocratização dos serviços. Como por

exemplo a inovação tecnológica possibilitou uma crescente demanda das instituições para todos os profissionais e isso está muito presente na vivência das/os assistentes sociais nos espaços ocupacionais e impossibilita a/o profissional de ter o contato com usuários para ter um maior conhecimento da realidade daquele indivíduo, intensificando o número de demandas para a/o profissional dá conta nas instituições. Para a autora:

São os empregadores que fornecem instrumentos e meios para o desenvolvimento das tarefas profissionais, são as instituições empregadoras que têm o poder de definir as demandas e as condições em que deve ser exercida a atividade profissional: o contrato de trabalho, a jornada, o salário, a intensidade, as metas de produtividade. (RAICHELIS, 2011. p.428).

Isto supõe que a/o assistente social precisa de qualificação, embasamento teórico para que o mesmo venha conseguir ter uma leitura da realidade e principalmente da instituição em que trabalha para que não caia no pragmatismo, principalmente na realidade de Sousa/PB que é normal dentro das instituições ter a ideia que assistente social é mero entregador de cestas básicas.

A exploração da classe trabalhadora no capitalismo fomenta diversas situações para os trabalhadores e principalmente para as/os assistentes sociais, favorecendo para que trabalhadores se submetam a situações humilhantes e desumanas impostas pelos empregadores, exemplo disso é rotatividade de profissionais, processos de alienação entre outros que os profissionais estão expostos sendo subordinados e passam a acreditar que não são sujeitos de direitos. “Os efeitos da tríade flexibilização/precarização/terceirização do trabalho do assistente social se faz sentir em níveis e intensidade antes desconhecidas pela profissão” (RAICHELIS,2011, p.431).

Na experiência de estágio no CRAS foi presenciado competitividade dos profissionais, em que os contratados possuíam muitas vezes salários maiores do que os concursados, tencionando profissionais a se sentirem diminuídos e insatisfeitos e isso se dava devido a questões políticas.

É evidente que a precariedade que o assistente social vivencia cotidianamente afeta de forma objetiva e subjetiva o seu trabalho e traz implicações tanto para o profissional como para os usuários, o assistente social

é um trabalhador assalariado vende sua força de trabalho para ter acesso a seus bens necessários para sua sobrevivência.

(...) aprofunda-se a precarização, aberta ou velada, das condições em que esse trabalho se realiza, considerando o estatuto de trabalhador assalariado do assistente social, subordinado a processos de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados em seu conjunto (RAICHELIS, 2011, p.434).

De acordo com Raichelis (2011) uma conquista significativa para as/os assistentes sociais foi a redução da jornada de trabalho para trinta horas semanais, sem redução salarial, algo necessário e principalmente importante para a coletividade dos profissionais que atuam na área, mas na atualidade está sendo pauta de diversos debates devido à falta de cumprimento por alguns empregadores.

É importante que os assistentes sociais se unam coletivamente para que cada vez mais sejam reconhecidos sendo resistência para a atual conjuntura nas instituições.

Segundo Raichelis (2011) destaca:

No âmbito institucional, torna-se imprescindível fortalecer a resistência ao mero produtivismo quantitativo, medido pelo número de reuniões, de visitas domiciliares, de atendimentos, sem ter clareza do sentido e da direção social ético-política do trabalho coletivo. (RAICHELIS, 2011. p. 435).

Com a precarização das condições trabalhistas, o assistente social sofre em decorrência das relações de trabalho ao qual estão inseridos, ocasionando um agravamento nos problemas de saúde desses profissionais. Segundo Lara (2011) com o aumento da competitividade entre os profissionais há uma interferência substancial nas relações dos sujeitos nos ambientes de trabalho e isso possibilita um grande número de profissionais com problemas de estresse, angústia, ansiedade, etc.

O capitalismo interfere de maneira frenética na vida dos trabalhadores submetendo os mesmos a aceitar essa exploração sem fazer grandes

questionamentos, por medo do desemprego o resultado disso é um elevado número de profissionais na fila do exército industrial de reserva.

Conforme as autoras:

Portanto, a saúde do trabalhador depende, sobretudo, das formas e condições em que o trabalho se gesta na sociedade. Os diversos aspectos da organização, da divisão e das relações no trabalho podem levar à fragilização ou vitalidade da saúde dos trabalhadores em diferentes realidades sociais (FAERMANN; MELLO, 2016, p.100)

A saúde das/os assistentes sociais é acometida pelo o aligeiramento de como é efetivado seu trabalho se resumindo a mero resultados quantitativos e esquecendo do qualitativo, impulsionando uma grande parcela de profissionais a viver com condições de estresse extremo. De acordo com Faermann e Mello (2016) as/os assistentes sociais vivenciam no seu cotidiano de trabalho os mesmos problemas como qualquer outro trabalhador.

A assistente social da instituição CRAS Sousa/PB não conseguia realizar um bom acompanhamento das famílias usuárias, visto que era a única profissional que exercia a função e as demandas que vinham para instituição eram muitas e isso impossibilitava a profissional de cumprir seu exercício, diante dessa realidade gerava um mal estar entre a profissional e a instituição.

(...) a falta de respeito a que se refere ao profissional é própria das relações capitalistas, instituídas sob a égide da competitividade, da individualidade e da hostilidade, que ultrapassam as demarcações éticas, trazendo danos à vida dos trabalhadores. Submetidos a essa lógica, o assistente social não encontra sentido e nem satisfação no seu trabalho. Alienado de si e de seu objeto, torna-se estranho de sua própria essência (FAERMANN; MELLO, 2016, p.107)

Para Faermann e Mello (2016) um dos fatores que contribui para o adoecimento das/os assistentes é presenciar as condições de vida que a população usuária vivencia e como as expressões da questão social é presente na sociedade brasileira.

Era perceptível os sinais de desgosto e de cansaço que a assistente social do CRAS demonstrava, a mesma sempre enfatizava a necessidade de mudar de instituição e as vezes até tinha interesse em mudar de profissão. Tudo

isso acaba gerando um grande sofrimento físico e psíquico para os profissionais da área, possibilitando vivenciar situação de doenças.

Segundo Faermann, Mello (2016) todo esse sofrimento psíquico da/o profissional leva o mesmo a vivenciar alguns tipos de síndrome entre elas a síndrome de Burnout, como destaca as autoras:

A expressão inglesa burnout corresponde a “queimado até o final”, traduzida para o português, significa “estar acabado”. No Brasil, essa síndrome também é conhecida como síndrome do esgotamento profissional, sendo caracterizada pela exaustão emocional, pela completa falta de energia, pela sensação de ter chegado ao seu limite máximo. A síndrome de burnout, geralmente, apresenta sentimentos de fracasso; entre seus principais indicadores estão o cansaço emocional, a despersonalização e a falta de realização pessoal. A síndrome é definida como uma reação à tensão emocional crônica, gerada a partir do contato estressante e infeliz com o trabalho, fazendo com que a pessoa perca o interesse pelo mesmo (FARMANN; MELLO, 2016, p.110).

Todo profissional necessita de um reconhecimento e principalmente de melhores condições trabalhistas, para que os mesmos consigam se ver como sujeitos de direitos e se reconhecer como bons profissionais em seus respectivos espaços ocupacionais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal propósito desse trabalho foi realizar uma breve análise sobre a expansão da Política de Assistência Social e principalmente o que foi observado no cotidiano de estágio na cidade de Sousa/PB, como essa Política é executada dentro da instituição CRAS, buscando entender que diante dessa expansão há também uma grande defasagem de programas que atendam a população, e as condições impostas de trabalho da/o Assistente Social na Política de Assistência Social e principalmente na cidade de Sousa/PB.

Foi elucidado mesmo que de forma mínima que o capitalismo na realidade brasileira é o ponto central para a precarização das condições de vida da população brasileira e principalmente que diante desse sistema sempre vai existir desigualdades sociais, desencadeando respostas do Estado fragmentadas e focalizadas.

Sendo enfraquecidos os direitos garantidos na Constituição de 1988 e isso será observado na expansão da Política de Assistência Social que, ao mesmo tempo que há essa ideia de expansão se nota, grandes cortes nos gastos públicos e principalmente no campo social, sobretudo sendo observado o ideário neoliberal adentrando na sociedade brasileira sendo evidenciado nas privatizações dos serviços públicos reforçando o mix público/privado.

A Política de Assistência perpassou por diversas transformações, mas nota-se que ainda se tem muitas falhas em sua efetivação, os programas que são trabalhados dentro dessa política ainda não conseguem obter êxito, pois, o que é proposto são ajudas paliativas e isso se torna mais evidente em cidades de interior. Diante disso os profissionais do SUAS e principalmente as/os assistentes sociais vão ser apresentados às precárias condições de trabalho ao qual são submetidos dentro de diversas instituições, sendo muitas vezes vistos como mero “entregador” de cestas básicas tendo a visão da/o profissional com o viés de caridade.

A principal ideia é fazer uma reflexão sobre as condições impostas ao trabalho do assistente social e como tais situações oriundas do sistema capitalista vem interferir na vida da população, sendo ainda presentes situações de pauperismo na sociedade e como esse sistema possibilita condições

precárias de trabalho, impossibilitando os indivíduos muitas vezes de se posicionar diante dessas condições tornando uma sociedade sujeitada a essa realidade. Sendo presente nessa realidade um grande número de profissionais acometidos pelo adoecimento por péssimas relações de trabalho e principalmente por não possuírem autonomia nos seus respectivos espaços de trabalho.

Em suma, pretendemos que esse trabalho de conclusão de curso possibilite aos leitores questionamentos acerca da realidade vivenciada, e principalmente do que o sistema capitalismo ocasiona a sociedade, impulsionando mais pesquisas e debates acerca do tema e instigando a criticidade dos indivíduos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARRO, Silvina Maria. **A assistência social no universo de proteção social – Brasil, França, Argentina**. Tese Doutorado do PPGSS, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

COSTA, Megue Paula Gonçalves; SALES, Luciene Aparecida da Silva Faria; MARCELLOS, Warllon de Souza. O agravamento das expressões da questão social e o desmonte das políticas no contexto neoliberal. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 27, 2018. Disponível em: <file:///D:/Downloads/17513-Texto%20do%20artigo-73841-1-10-20181013.pdf>> Acesso em 22/03/2021.

FAERMANN, Lindamar A.; MELLO, Cássia C. V. As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 96-113, jan./jul. 2016.

FELIZOLA, Ana C. Bolsa Família chega a 14,283 milhões de famílias em junho. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/bolsa-familia-chega-a-14-283-milhoes-de-familias-em-junho-segundo-maior-patamar-ja-registrado>> Acesso em: 16 de abr. de 2021.

LARA, Ricardo. Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 14, n. 1. P. 78-85, jan./jun. 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, n. 3, Brasília, 2001.

IBGE Cidades. Sousa. Censo 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sousa/panorama>> Acessado em: 27 de mai de 2021.

Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS. O Benefício de Prestação Continuada - BPC. Guia para Técnicos e Gestores da Assistência Social. Brasília, 2018. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Guia/Guia\\_BPC\\_2018.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/Guia_BPC_2018.pdf)> Acesso em: 16 de abr. 2021.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a propósito da Questão Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

POCHMANN M. **Proteção Social na periferia do capitalismo**: considerações sobre o Brasil. São Paulo em Perspectiva 2004; 18(2):3-16.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

RENAUX, Síntese de Indicadores Sociais. Pbreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017. **Agência IBGE Notícias**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>> Acesso em: 16 de abr. 2021.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, do que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SILVA, A. C. S. et al. A POBREZA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL. IV Seminário CETROS. UECE. Fortaleza. 29 de mai. de 2013. Disponível em: <[http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos\\_completos/69-12914-08072013-160700.pdf](http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-12914-08072013-160700.pdf)> Acesso em: 16 de abr. 2021.

SITCOVSKY, Marcelo. “As particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil”. In: MOTTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, pp. 147-179, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. A menina LOAS: um processo de construção da assistência social. – 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaiza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Sposati A, organizador. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento - Social e Combate à Fome/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; 2009. p. 13-55.

SPOSATI, Aldaiza. Assistência social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**. n. 10, p. 435-458, jul./dez. 2007.

TEIXEIRA, SM. Políticas sociais no Brasil: A histórica (e atual) relação entre o “público” e o “privado” no sistema brasileiro de proteção social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 13(2): 45-64, jul.-dez./2007.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e Cidadania: Dilemas do Brasil Contemporâneo. **Caderno CRH 19**, Salvador, Centro de Recursos Humanos, n. 19, p.08-21, jul./dez. 1993.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, abr./ jun. 2012.